

PAGAMENTO A FORNECEDORES
AS CONTAS POR
CONTA DO RURAL

Negócios & FINANÇAS

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 10 de setembro de 1993

ÍNDICE

Internacional	2
Informe Econômico	3
IPMF muda	3
Banco do Brasil	4
Leilão da Açominas	5
Negócios	6
Não pode ser vendido separadamente	

Inflação independe da 'caixa preta'

■ Separação das contas do Tesouro e BC não traz benefícios imediatos para a economia mas dá transparência a ações do governo

Fotos Gilberto Alves

BRASÍLIA — abertura da *caixa preta* do Banco Central em seu relacionamento com o Tesouro Nacional foi anunciada como uma grande conquista da equipe econômica, mas não terá maiores consequências para a economia no momento. "A abertura realmente não tem efeitos macroeconômicos", admitiu o assessor especial do ministro da Fazenda, Edmar Bacha, que chefiou a equipe encarregada dos estudos. "Não é correto dizer que os juros vão baixar por causa da *caixa preta*", completou o novo presidente do BC, Pedro Malan.

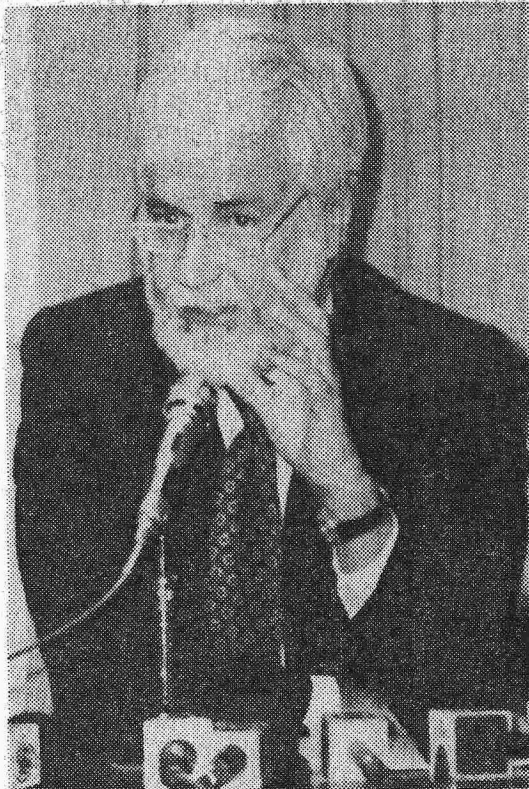
O maior impacto da separação de contas entre as duas instituições será político. "Alguns políticos vivem dizendo que o governo sempre tem um jeito de inventar dinheiro para gastar, como nos caso dos resultados do Banco Central. Pois esse jeitinho agora acabou", afirmou Bacha.

O secretário de Política Econômica do ministério, Winston Fritsch, admite que a decisão do governo de não mais usar dinheiro dos resultados do BC (US\$ 9,5 bilhões no 1º semestre) "é um corte de vento, mas um vento que tem sido usado para autorizar despesas". Neste ano, deputados e senadores incluíram gastos no orçamento da União com uso de dinheiro dos resultados do BC. Já no orçamento de 1994 foi o próprio governo que resolveu usar parte dos resultados para pagar pessoal.

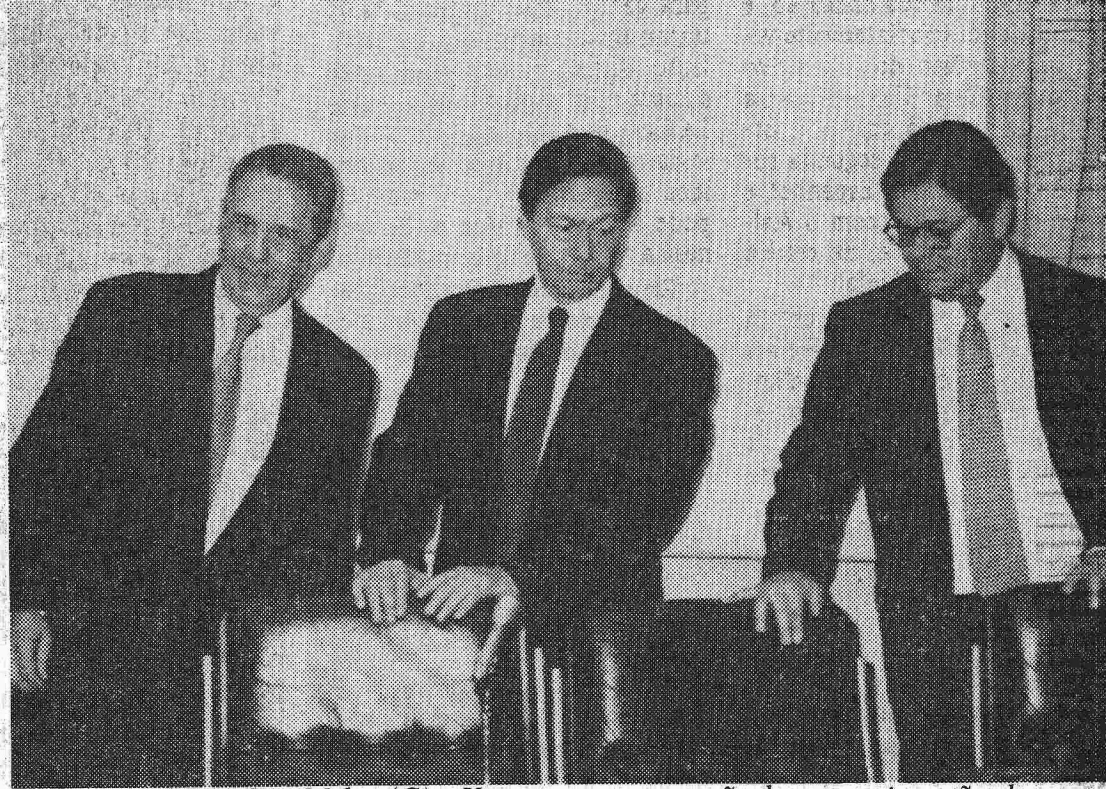
Sem mágicas — Bacha diz que, com a abertura da *caixa preta*, o governo está mostrando ao Congresso que não adianta tentar mágicas quando falta dinheiro. "Temos de dar um basta na ficção orçamentária, pois resultado do BC é dinheiro inflacionário." A ideia é mudar a legislação, para que esses recursos sejam empregados a partir de agora apenas no pagamento da dívida pública mobiliária do governo federal.

O novo presidente do BC, Pedro Malan, diz que o fim da confusão entre as contas do BC e do Tesouro tem, a médio prazo, impacto positivo sobre os juros. Já o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, acha que o cancelamento de US\$ 42,8 bilhões em títulos públicos, que estavam no BC lastreando a dívida externa, "mostram que o risco governo não é tão grande" e que, por isso, o governo não deve pagar juros altos.

A ideia central da mudança, além de diminuir a confusão das contas públicas, é mostrar ao Congresso que a equipe econômica está disposta a tapar o que o ministro Fernando Henrique chama de "ralos da República" e os truques da burocracia para contorná-los. Permanece, porém, como admite Bacha, o maior de todos: o uso da inflação para tapar os déficits do orçamento da União.



Bacha: fim do jeitinho nas contas públicas



Fernando Henrique diz a Malan (C) e Ximenes que governo não deve pagar juros tão altos

Burocracia perde poder no governo

□ A abertura da *caixa-preta* vai diminuir o poder de fogo da burocracia do Banco Central, segundo a avaliação da assessoria do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Os técnicos estimam que os lucros do banco podem cair pela metade e asseguram que ele perderá o controle de somas fabulosas pertencentes ao Tesouro Nacional, que hoje só são repassadas ao final de cada semestre. Dinheiro é poder, e o BC vai perder muito dinheiro com a abertura da *caixa-preta*, disse um assessor do ministro.

Atualmente, cerca de 50% dos lucros do BC, de acordo com estimativas da equipe econômica, têm origem na remuneração pelo Tesouro Nacional dos seus títulos em poder do banco. A maior parte desses papéis é dada como garantia para os títulos da dívida externa brasileira, que é honrada pelo BC. Só que o banco paga aos credores externos a variação cambial mais juros, que vêm oscilando em torno de 5% ao ano, enquanto o Tesouro remunera seus títulos com taxas próximas a 16,5% ao ano, além da correção monetária. Com a abertura da *caixa-preta*, a dívida externa será honrada diretamente pelo Tesouro, que não precisará mais deixar títulos da dívida pública como garantia no BC.

Cardoso afasta ideia de choque

Ao abrir ontem a *caixa preta* das contas do Banco Central e Tesouro Nacional, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse que a política econômica tem rumo e não vai sair dele, e avisou que a situação do Tesouro não é de insolvência. Ele afastou, mais uma vez, a ideia de um choque na economia. "Não há porque o Brasil a cada dia ficar imaginando que a equipe vai fazer alguma coisa inesperada. Isso só ajuda a especulação", afirmou. "Não haverá surpresas desagradáveis", garantiu ele, assegurando também que dia 14 fará um pronunciamento dando apenas um balanço do plano de ação do governo.

Fernando Henrique fez questão de deixar claro que a estratégia da equipe econômica é adotar medidas gradativamente, sem choques. "Não queremos repetir experiências que não deram certo. Qualquer decisão que tomarmos irá respeitar as leis e a economia de mercado", assegurou. Como exemplo, citou a própria abertura da *caixa preta*. Ele explicou que a transferência dos títulos que estavam no Banco Central para o Tesouro mostra que não há necessidade de malabarismos para adotar uma política que reduza a taxa de juros e nem para a redefinição dos prazos da dívida pública sem que isso implique que quebra de contrato.

O ministro afirmou que "a situação do Tesouro não é de insolvência". Segundo ele, a dívida interna é perfeitamente administrável desde que haja cuidados para que os gastos não subam muito.

Objetivo de Itamar é outro

A *caixa preta* aberta ontem pela equipe econômica não é a *caixa preta* do presidente Itamar Franco. O presidente chamou o Banco Central de *caixa preta* por causa do emaranhado de normas que regem o sistema financeiro, do relacionamento dos técnicos do BC com o mercado à má vontade em prestar informações ao Congresso.

A *caixa preta* aberta ontem trata apenas do confuso relacionamento do BC com o Tesouro Nacional. Quando senador, Itamar Franco tentou obter várias informações no BC e não foi bem-sucedido. Pouco depois de assumir a Presidência, questionou as altas taxas de juros e as explicações que o então

ministro do Planejamento, Paulo Haddad, lhe passara só reforçaram sua ideia de que o banco é realmente uma *caixa preta*. Sua irritação com o BC chegou ao máximo quando quis baixar as taxas de juros e esbarrou em explicações econômicas e financeiras de que as taxas só poderiam cair lentamente.

A separação das contas do BC e do Tesouro foi iniciada pelo ex-presidente do BC Gustavo Loyola, no final do ano passado, por ordem do então ministro da Fazenda Gustavo Krause. O ministro Paulo Haddad ficou assustado com a confusão das contas e mandou acelerar os trabalhos, por considerar a confusão uma fonte inflacionária.

Portaria altera títulos

A Secretaria do Tesouro Nacional baixa hoje uma portaria alterando toda a composição da carteira de títulos do Tesouro junto ao Banco Central. A portaria comunica a emissão dos US\$ 42,8 bilhões em NTN-L, que vão garantir a dívida externa, que ainda permanecerá na instituição até janeiro, de outros US\$ 22 bilhões em NTN-C (corrigidas pelo IGP-M) e NTN-D (com variação cambial). O presidente da instituição, Pedro Malan, admitiu que a separação de contas isoladamente não tem efeito imediato, mas ressaltou que elas fazem parte de um conjunto que indica a direção correta. Segundo ele, "a visão deve ser mais ampla". Além da transpa-

rência que a separação das contas garante, as várias medidas adotadas pelo governo permitirão a redução dos encargos da dívida pública e o seu alongamento.

De acordo com o diretor de Política Monetária do BC, Francisco Eduardo Pinto, os novos títulos vão substituir os papéis também de emissão do Tesouro e passarão a ser utilizados para execução da política monetária. As NTN-C e D terão diferentes prazos de vencimento para dar ao BC flexibilidade à instituição no controle da liquidez. Ele não descartou a possibilidade de novas emissões caso o governo conclua que a carteira ficou excessivamente reduzida.

Economia será imediata

A separação das contas entre o Tesouro Nacional e o Banco Central permitirá ao Tesouro economizar US\$ 800 milhões em pagamentos de encargos da dívida mobiliária federal ainda neste ano e, em 1994, outros US\$ 7,8 bilhões (56% das necessidades previstas no orçamento do próximo ano). Na prática, estas despesas são contábeis, pois são compensadas com o lucro do BC, transferido ao Tesouro. Ainda assim, conforme o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, representarão um desafogo, pois enquanto o Tesouro transfere ao BC os recursos para remunerar seus papéis a cada dez dias, o

banco repassa os resultados semestralmente.

Além da eliminação de uma despesa fictícia, o saneamento das relações entre o Tesouro e o BC também fará desaparecer os lucros astronômicos do BC, constituídos de forma artificial. Este acerto de contas fará desaparecer ainda pouco mais da metade da dívida mobiliária federal, que despencará dos atuais US\$ 100,9 bilhões para US\$ 48,9 bilhões até janeiro.

A redução permitirá ao governo apresentar na sua proposta orçamentária de 1994 a necessidade de US\$ 42,6 bilhões para rolar a sua dívida, ao contrário dos US\$ 155 bilhões deste ano.

Ximenes rebate críticas

O ex-presidente do Banco Central Paulo César Ximenes ficou em silêncio ao longo das últimas três semanas, para, ontem, ao entregar o cargo ao seu substituto, Pedro Malan, responder às várias críticas do presidente Itamar Franco ao BC durante sua gestão. "Espero que o Pedro (Malan) seja mais feliz que eu no convencimento sobre a qualidade dos serviços executados pelo Banco Central."

E foi mais incisivo ao desejar que Malan "seja antes solicitado a esclarecer ao invés de ser surpreendido por declarações extemporâneas e acusações injustas, fundadas apenas no desconhecimento". Ao final do pronunciamento, o ex-presidente foi longamente aplaudido pelos presentes à cerimônia.

A resposta veio no discurso do ministro Fernando Henrique Cardoso, que, depois de defender o

ajuste fiscal e desmentir novas medidas de combate à inflação no próximo dia 14, afirmou que os homens que dirigem a economia "precisam e devem prestar contas ao país e ao Congresso".

Em seu discurso, Malan defendeu o trabalho conjunto com o Congresso, e que o combate à inflação depende de "paciência, perseverança e persistência" no processo de ajuste fiscal e no programa de privatização. Ele defendeu a independência do BC e mandatos para as diretorias.

O novo presidente do Banco Central atribuiu a elevação repentina das taxas do CDB "ao excesso de excitação da sociedade em relação ao dia 14".

O diretor de Política Monetária, Francisco Eduardo Pinto admitiu que a elevação embute a expectativa de mais inflação.